

I – Encontro dos Bispos do Nordeste

II - Declaração dos Bispos do Nordeste

Dom Jaime Vieira Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, D. J. V., org. Declaração dos Bispos do Nordeste. In: *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste* (Campina Grande, 1956 | Natal, 1959) [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 85-119. ISBN: 978-85-7879-485-9. Available from: doi: [10.7476/9788578794859.0004](https://doi.org/10.7476/9788578794859.0004). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/c6yxx/epub/rocha-9788578794859.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

II - Declaração dos Bispos do Nordeste

I – Sentido do Encontro dos Bispos do Nordeste

O Encontro dos Bispos do Nordeste – convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com apoio pleno da Exma. Nunciatura Apostólica e realizado em Campina Grande, de 21 a 26 de maio de 1956 – foi oportunidade providencial para que os Arcebispos e Bispos desta região, ao longo da Oitava de Pentecostes, nos detivéssemos ante os principais problemas nordestinos, através de 6 temas fundamentais:

- a) Planejamento e investimentos
- b) Agricultura. Crédito Rural. Colonização.
- c) Serviços sociais e educativos.
- d) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para sua solução.
- e) Programa de execução imediata.
- f) A Igreja em face dos problemas do Nordeste.

A ninguém cause estranheza ver-nos envolvidos com problemas de ordem material. Para o homem, unidade substancial de corpo e alma, a inter-relação entre questões materiais e questões espirituais é constante.

Não cause também espécie ver-nos aparentemente muito ligados a Órgãos de Poderes Públicos. No lugar oportuno ficará bem clara e absoluta independência com que agimos, de Poder Espiritual e Poder Temporal, com a maior isenção de ânimo e com o mais elevado propósito de servir.

Moveram-nos a fé, a esperança e a caridade. Fé na Providência Divina que, em seus desígnios eternos, nos confiou os nordestinos como filhos. Esperança na graça divina que nos suprirá as deficiências

no ver, no julgar e no agir. Caridade para com Deus e para com o próximo, inclusive e sobretudo para com aqueles que nos foram entregues e pelos quais responderemos no último dia.

II – Planejamento e Investimentos

1. O Nordeste como investimento

Pode ser discutível se o Nordeste é investimento regular, bom ou ótimo. Mas é indiscutível que é investimento produtivo, com a condição, porém, de contar com planejamento adequado.

2. Causas gerais e básicas da ausência de planejamento

Os especialistas nos indicarão causas gerais e básicas desta ausência de planejamento:

- faltam critérios científicos para a identificação dos problemas regionais e falta pessoal técnico habilitado para a coleta de dados e a análise de fatos relativos à economia regional, indispensáveis a uma compreensão ampla da situação econômica geral e das inter-relações dos diversos setores;
- possuem os programas regionais adotados sérias características limitativas (caso p. ex, das obras “contra as secas”) por atingirem os efeitos e não as causas, serem defensivos e não construtivos;
- é quase completa a descoordenação entre os órgãos públicos que atuam na região: não raro dentro de um mesmo Ministério e mais ainda de Ministério a Ministério, ou de serviços federais a estaduais e municipais;
- falta uma política financeira adequada a ser não apenas adotada pelos Estados, mas especialmente aceita e seguida pelos órgãos da política monetária da União: política que regionalize ou federalize as normas financeiras relativas tanto ao ritmo e aos critérios de pagamentos do orçamento federal, como ao crédito, de sorte que as finanças federais exerçam um papel compensatório nas crises estacionais ou ocasionais da economia regional.

3. Falta de planejamento e causas de ordem moral

Não são menos graves e menos influentes as causas de ordem moral, de certo modo decorrentes dessas causas gerais:

- proliferação de projetos, importando em pulverização de verbas, e isso, proximamente, devido, em muitos casos, a preocupações eleitoralistas da política partidária: remotamente, devido a reivindicações locais, legítimas e louváveis quando cabíveis e justas e, sobretudo, quando não importam em prejuízo de planos regionais de sentido mais amplo e construtivo;
- desvios de verbas que infelizmente ocorrem, pois ao lado de funcionários honestos e dignos, em maior número, há aqueles que desonram a classe e usam os dinheiros públicos de maneira criminosa, tendo quase sempre o cuidado de agir sem deixar impressões digitais.

4. Considerações sobre planejamentos para o nordeste

Se continuarmos a ouvir especialistas em planejamento e investimentos, eles não dirão no tocante ao Nordeste:

- que é indispensável considerar certas condições estruturais ou permanentes da economia regional, como seja a natureza de seus recursos;
- que é um absurdo, p. ex., estender à região numerosas limitações dos chamados “planos de economia” e de certas restrições de crédito, segundo os mesmo critérios e escolas adotadas no Sul do país;
- que há, quanto à política de câmbio e importações, prioridades a salvaguardar para a região, como registro de transferência de capitais, reduzindo-se a exigência quanto ao risco de sua cobertura pelo mercado livre; registro de financiamentos estrangeiros em condições mais favoráveis; financiamento de importações, especialmente equipamentos e matérias primas, uma vez que efetivamente destinados à utilização na região,

- com menores exigências; cotas de câmbios para tais importações e para programas públicos considerados prioritários no plano de desenvolvimento regional; ágio mais favorável para equipamentos destinados a indústrias típicas da região;
- que há, em fase dos investimentos básicos existentes ou em curso e das disponibilidades potenciais de eletricidade (Paulo Afonso) e petróleo (Mataripe) pontos a considerar como fundamentais: acelerar a instalação das redes locais de distribuição de eletricidade, inclusive para irrigação, mas, sobretudo, aproveitando as concentrações urbanas existentes e as possibilidades industriais; melhorar o sistema de distribuição a granel de combustíveis líquidos no interior;
 - que há, quanto a transportes e comunicações, recomendações a fazer: atualizar e levar a pronta execução os estudos iniciados sobre as ferrovias da região; acelerar o programa nacional da navegação de cabotagem, que é um dos problemas básicos para o Nordeste, com amparo, também, a programas locais de navegação; elaborar um plano rodoviário integral sem distinguir rodovias federais, estaduais e municipais, mas tendo em mira o estabelecimento de prioridades, de acordo com os objetivos econômicos imediatos e com a conveniência de coordenação com os outros meios de transportes; reequipar o Departamento de Correios e Telégrafos da região que vive praticamente isolada;
 - que há, quanto à luta contra os efeitos das secas, setores importante a atender: melhor aproveitamento das zonas úmidas da região, da mineração e industrialização, de sorte a tornar possível, pela diversificação de atividades e pelo desenvolvimento geral, reduzir a importância das secas para a economia regional, tornando os efeitos das secas irrelevantes para o conjunto da economia nordestina; na própria área sujeita às secas, reduzir-lhes o impacto pela criação de reservas, pelo armazenamento e ensilagem, e pelo beneficiamento, conservação e industrialização; combate direto às secas; obras (reservatórios e irrigação) e educação para melhor uso da água e da terra; racionalização do socorro de emergência nos casos de seca, aproveitando ao máximo o esforço local.

Outras indicações são facilmente encontradas quanto à indústria de consumo, agricultura e abastecimento; à formação de indústrias básicas e outros capítulos de importância real.

5. Intuítos dessas citações

Com essas citações temos em vista alguns intuítos muito claros e muito firmes. Além de tornarmos fácil o entendimento do capítulo das Conclusões relativo a Planejamento e Investimentos, pretendemos:

- manifestar nosso apreço por estudos que possibilitem ao Nordeste surgir com atitude nova perante o Governo Federal;
- recomendar a nosso Clero e ao laicato católico, especialmente à Ação Católica, aprofunde as indicações feitas e outras de igual valor, de modo a contribuir decisivamente para a mudança de mentalidade no tocante a problemas nordestinos;
- recomendar (por que não dizer?) aos políticos nordestinos, dos vários Partidos e atuando na esfera municipal, estadual ou federal que se inteirem, sempre mais, destas noções básicas quanto a planejamento e investimentos para o Nordeste.

6. Paterna advertência aos economistas

Falando assim, somos insuspeitos para dar aos economistas aviso importante para a própria interpretação econômica da realidade nordestina ou nacional: a economia que se isola e corta ligações com a moral se torna inumana e irreal.

Quando se diz que “um programa de desenvolvimento econômico tem como objetivo último a elevação da renda real, através do aumento da produtividade” se apanha apenas uma face da realidade. Leão XIII diz de modo perfeito: “O que torna uma nação próspera são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo gênero” (“Rerum Novarum”).

Pio XI ainda é mais explícito quando afirma: “Nenhum dirigente da economia pública, força alguma de organização poderá solucionar pacificamente os conflitos sociais, se primeiramente não triunfar, no próprio campo da economia, a lei moral, cimentada em Deus e na consciência. Este é o fundamento de todo valor, tanto na vida política como na economia das nações. Esta é a moeda segura que, se mantida firme, fará com que também as outras estejam asseguradas, ficando por fiadora a lei imutável e eterna de Deus” (“Caritate Christi compulsi”).

De Pio XII o difícil é escolher, tão numerosos e oportunos são os avisos contra o excesso de esperança na econômico. Eis um trecho de uma de suas célebres Rádio-mensagens no Natal. Estávamos em plena guerra (1943) e o Papa faz alusão expressa aos que puseram a confiança na expansão mundial da vida econômica: “Entre as filas destes amargurados e desenganados não é difícil indicar aqueles que puseram sua inteira confiança na expansão mundial da vida econômica, julgando só ela fosse capaz de reunir em fraternidade os povos, e prometendo a si próprios obter da sua grandiosa organização, cada dia mais aperfeiçoada e requintada, progressos inauditos e inesperados de bem-estar para a sociedade humana.

Com quanta complacência e orgulho contemplaram o aumento mundial do comércio, o intercâmbio, através dos continentes, de todos os bens e de todos os inventos e produções, o caminho triunfal da difundida técnica moderna, que transpunha todos os limites do espaço e do tempo! Hoje, ao contrário, na realidade, que é o que experimentam? Veem já que essa economia, com as suas gigantescas relações e vínculos mundiais, e com a sua superabundante divisão e multiplicação do trabalho, cooperava de mil maneiras para tornar geral e mais grave a crise da humanidade, ao passo que, se não a corrigisse nenhum freio moral, e se nenhum olhar para além da terra a iluminasse, não podia deixar de terminar numa indigna e humilhante exploração da pessoa humana e da natureza, numa triste e pavorosa indigência por um lado, e, por outro lado, numa discórdia atormentadora e implacável entre privilegiados e destituídos: desgraçados efeitos que não ocupam o último lugar na larga cadeia de causas que conduziram à imensa tragédia atual.”

III – Agricultura – Crédito Rural – Colonização

Breve caracterização da vida econômica e social da região

a) Caráter agropastoril da região e atraso técnico.

Os técnicos em agricultura lembraram muito oportunamente:

O Nordeste do Brasil, com 14% da área do País e vinte milhões de habitantes, é uma região típica de economia agropastoril, abrangendo pequenas manchas de industrialização da cana-de-açúcar, algodão, agave e de cera de carnaúba, esta aproveitada sob cuidados muito primários.

A cultura da cana, dos cereais, do algodão e outras fibras e a criação de animais de grande e pequeno porte têm tradicionalmente constituído a base da vida econômica e social do povo regional.

Esta gente trabalha sem técnica e sem ajuda de recursos técnicos.

Efetivamente, em inquérito recentemente promovido pela Comissão Nacional de Política Agrária, ficou provado que, em cerca de 90% dos municípios rurais do Nordeste, o fogo, a enxada e o trabalho manual constituíam os exclusivos instrumentos de ação do agricultor da região.

Estes fatos explicam ainda que o setor primário da atividade econômica – a agricultura – concorre com apenas 41% para a renda regional.

O baixo nível de inversão de capitais, o reduzido rendimento por unidade de área e a absorção de elevada percentagem da mão-de-obra não especializada em rotineiras atividades ligadas ao solo e à criação – eis, em grandes linhas, a configuração da vida econômica, na região.

A inexistência ou desarticulação dos vários serviços que deveriam suplantar esta economia semifeudal – serviços de crédito, armazenagem, comercialização dos produtos, serviços de educação, de saúde, de formação de base e de preparação para uma vida melhor – completa o resto do quadro.

b) Problemas de terra e população

Surgiram, em nosso Encontro, sobre problemas de terra e população, considerações dignas de maior ressonância:

Da população total, 79% vivem no meio rural e 21%, nas cidades e vilas. A despeito de, em 1950, quase 3.800.000 nordestinos, com mais de 10 anos de idade (população ativa) se dedicarem a atividades agropecuárias e extrativas, há, todavia, no Nordeste Maior, apenas 742.000 propriedades rurais, o que significa que, aproximadamente, três milhões de nordestinos com mais de 10 anos de idade se veem na contingência de trabalhar em terra alheia.

É evidente que, no ângulo da atividade rural, não sendo a terra o único fator capaz de resolver, de aliviar ou atenuar o êxodo desordenado rural-urbano, é ela sem dúvida um dos fatores de maior importância para, conjugado a outros, fixar o homem com sua família ao meio, através do lote agrícola familiar.

Em confronto com o Brasil, já começa a se fazer sentir certa pressão demográfica em determinadas zonas internas do Polígono. Em média, a densidade demográfica é, aqui, duas vezes superior à do País em seu conjunto (11,3 contra 6,1, em 1950). E em alguns municípios do litoral úmido chegou esta densidade a atingir a mais de 200 habitantes por km², como é o caso do município pernambucano de Carpina, onde a concentração demográfica chegou a 226 habitantes por km².

Antes, pois, de pensar em resolver o problema em termos de deslocar para outras regiões do País o excedente humano não utilizado, anualmente em crescimento, e já acossado pelo fenômeno do desemprego ou do subemprego, urge utilizar, na própria área do Polígono, as terras férteis e suscetíveis de aproveitamento econômico pela agricultura e pela colonização, nelas radicando boa parte desse excedente cujo destino, no momento, é a emigração forçada.

Cabe um rápido comentário quanto aos solos do litoral úmido, tradicionalmente aproveitados quase tão somente na economia canavieira, sobre as boas terras ainda existentes nos vales úmidos, e por fim, a respeito das terras dos baixios e vazantes dos grandes açudes públicos e rios perenes.

Sobre a economia canavieira, histórica na zona úmida do Nordeste, e cuja expansão deverá acompanhar a margem de crescimento do consumo nacional, muito haveria o que dizer.

Como as grandes usinas de açúcar ocupam, no momento, as melhores terras do Nordeste e há escassez de outros gêneros alimentícios, particularmente em épocas de crise aguda, dever-se-ia instar junto a usineiros compreensivos para que:

- a) Permitam que parte das áreas e terras dessas usinas, localizada perto das casas dos trabalhadores e porventura não cobertas de canaviais, seja por eles utilizada na produção de gêneros de alimentação básica para eles e suas famílias;
- b) As usinas, tendo em vista o racional aproveitamento econômico das áreas não trabalhadas com a cultura da cana, realizem, diretamente, explorações de outras culturas, especialmente produtos de alimentação, possibilitando, assim, melhorar o sistema de abastecimento da Zona da Mata (abrangendo as cidades litorâneas, inclusive capitais) e a fixação de trabalhadores na área do açúcar;
- c) Haja esforço ainda bem maior por parte de determinados usineiros no sentido de humanizar as condições de vida desse grande grupo dos menos afortunados da população trabalhadora rural da economia da agroindústria do açúcar, em certos casos a viverem em condições terrivelmente difíceis.

Neste assunto da vida rural, aliás, o ideal é favorecer que a terra seja *possuída* por aquele que a cultiva e trabalha, com a sua prole, se bem reconhecamos difícil, nas atuais circunstâncias, que esse princípio de justiça social seja aplicado, no caso específico da economia canavieira do Nordeste.

Os vales e serras úmidos, de outra parte, existentes em quase todos os Estados dos poligonenses, continuam muito mal aproveitados.

Como no caso das terras canavieiras já discutidas e das áreas dos açudes públicos abaixo referidas, é indispensável utilizá-los mediante projetos técnicos de agricultura e colonização.

Esses valores têm sido objeto de estudos por parte do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura e do Serviço Agroindustrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Calcula-se em meio milhão de hectares as terras dos vales úmidos nordestinos. A sua total incorporação ao desenvolvimento da economia regional é perfeitamente possível.

Por fim, as áreas dos grandes açudes públicos.

Desde a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas até hoje vêm sendo eles construídos sem que as terras por eles beneficiadas tivessem sido previamente desapropriadas pelo Poder Público. Terminada a obra, só parte de seus benefícios, como a água, por exemplo, reverte em favor da população circunvizinha. A produção de verduras, frutas, cereais, carnes, leite, aves e ovos, que se poderia desenvolver nas vazantes e no vale abaixo das barragens, permanece muito limitada. É que são poucos os canais de irrigação, não há empreendimentos agrícolas agronomicamente formulados; a terra fica largada esperando valorização artificial com o tempo, porque alguns dos poucos felizardos que as possuem não se importam muito com este problema.

As estimativas mais recentes estabelecem em 200 mil hectares a área irrigável no Polígono das Secas, o que vem a corresponder a 0,2% da zona árida. O número de trabalhadores que aí poderão ser abrigados não vai além de 400 mil, o que vem a corresponder à oitava parte do incremento populacional da região no último decênio.

Em resumo, a região possui recursos que poderão ser mais adequadamente mobilizados, através de um programa imediato de ação governamental ou privado, a ser amanhã transformado num dos setores fundamentais de ação a longo termo.

1. Os serviços e as instituições técnicas que atuam na região

Foi apresentado pelos técnicos um balanço sobre a atuação, no Nordeste, dos Serviços de Fomento Agropecuário, de Crédito Rural e de Colonização.

a) Serviços de Fomento Agropecuário

O Fomento Vegetal e Animal do Ministério da Agricultura, a Comissão do Vale do São Francisco (C.V.S.F.), o Serviço Agroindustrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.), o Escritório Técnico de Agricultura (E.T.A.), a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (A.N.C.A.R.) e as Secretarias e Órgãos específicos de Agricultura dos vários Estados vêm, no Nordeste, como no restante do País, realizando direta ou indiretamente programas de fomento agropecuário.

No caso particular do D.N.O.C.S. e da C.V.S.F., o exame de seus orçamentos mostra que uma média de 90% dos respectivos recursos financeiros, ano por ano, vêm sendo destinados a obras estruturais, como açudes, barragens, rodovias, pontes, centrais elétricas, etc., ficando em segundo plano a agricultura, a pecuária, as pequenas indústrias mantidas com a matéria prima e a mão-de-obra locais.

O orçamento da C.V.S.F. para o exercício de 1956, no total de Cr\$ 609.500.000,00, reservou somente Cr\$ 71.000.000,00 para o desenvolvimento da produção, ou sejam 11% do global.

Mais ou menos a mesma é a percentagem que o D.N.O.C.S. destina aos trabalhos de experimentação agrícola, fomento da lavoura irrigada e prática de piscicultura (setor agroindustrial).

Sente-se, porém, a preocupação, por parte desses órgãos os quais possuem excelentes agrônomos, em progressivamente irem mudando a linha básica desse programa.

Um exemplo, apenas, de que um pouco que seja de assistência ao agricultor e à produção agrícola asseguraria enorme impulso à região. Empréstimos ou revenda de moto bombas pequenas a agriculturas marginais do Médio São Francisco por parte da C.V.S.F. e do Ministério da Agricultura possibilitaram a produção, o ano passado, de 7 milhões de quilos de cebolas que, vendidas a Cr\$ 10,00, trouxeram para aquele trecho do São Francisco seco a soma de Cr\$ 70.000.000,00, além do emprego para muita gente.

É interessante assinalar, de outro lado, que a zona centralizada por Cobrobó, em Pernambuco, antes intensamente castigada pelo êxito

rural, transformou-se, hoje em dia, em vista dessa assistência, em área de imigração de elementos nordestinos, já trabalhando em São Paulo.

Outros exemplos há desse gênero.

b) Crédito rural

Os estudos e observações relativos ao Crédito Rural no Nordeste demonstram que a sua expansão, penetração e aperfeiçoamento nos processos de empréstimos dependem de quatro problemas principais: recursos para os empréstimos; recursos para manutenção dos serviços creditícios; pessoal técnico especializado; formação de uma rede bancária para maior distribuição de crédito no meio rural. Pode-se, ainda salientar a deficiência do número e localização das agências pelo interior, a exiguidade de cooperativas em condições de auxiliar a distribuição de crédito, assim como o desisteresse dos bancos particulares pelo crédito rural em virtude dos maiores riscos e da menor remuneração dos empréstimos.

Uma análise sumária das operações de crédito rural no Nordeste através do Banco do Brasil, principal órgão financiador na região, indica que foram realizados, em 1955, 17.151 contratos no valor de 1,8 bilhões de cruzeiros, dos quais 8.149 operações a pequenos produtores no valor de 138 milhões de cruzeiros.

Quanto ao Banco do Nordeste, recentemente organizado, 4.850 contratos rurais foram feitos à agricultura no valor de 109 milhões de cruzeiros.

Tendo em vista as características da produção rural nos Estados que compreendem o Polígono das Sêcas e, ainda, a predominância na Região do regime da pequena e média propriedade, verifica-se que as operações realizadas não correspondem às necessidades fundamentais da expressiva massa de pequenos produtores rurais nordestinos. Mais evidentes se tornam essas necessidades quando se sabe que as lavouras produzidas pelos pequenos proprietários no Nordeste (principalmente algodão, milho, feijão, mandioca) representam ponderável contribuição ao valor total da produção agrícola no Nordeste (cerca de 45%).

De outro lado, a despeito do louvável esforço do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que não dispõe de recursos amplos para operar e dos Departamentos Estaduais de Cooperativismo, é mingüado o volume de recursos aplicados sob forma cooperativa.

Demais, o crédito através de cooperativas tem sido, em parte, desvirtuado, por força de influências políticas ou de grupos. E, não, obstante, seria uma modalidade de crédito rural altamente interessante para um país e uma população rural com as características individualistas da nossa.

Por fim, o crédito tem sido geralmente dissociado da respectiva orientação técnica ou agrônômica, situação a lastimar numa terra onde o agricultor, conforme já foi assinado, é geralmente rotineiro, atrasado, se bem que operoso e honesto.

Sem dispor, ainda, de uma rede de agências equipadas de pessoal técnico qualificado, não é de esperar-se que o Banco do Nordeste possa atuar imediatamente com maior velocidade no campo de crédito especializado. Quanto ao crédito supervisionado e orientado, acredita-se que possa ampliá-lo na Região à medida que fôr adquirindo maior experiência e obtendo pessoal capacitado.

Apenas de dois anos a esta parte começou a ANCAR a operar na região, sob a forma de crédito supervisionado ao agricultor e sua família, articulado com o Banco do Nordeste, com resultados muito positivos e promissores, através de um mecanismo de trabalho praticamente modelar.

c) Serviços de Colonização

Dispondo de terras e de homens, bem como de boa soma de meios de ação, restaria o programa propriamente dito de colonização, para o qual também não faltam os órgãos técnicos e, em certo sentido, financiamento.

Por lei, ao INIC cabe a tarefa de elaborar e executar planos de colonização e à Carteira de Colonização do Banco do Brasil, recentemente criada e que disporá de uma soma vultosa de recursos, em perfeito entendimento com o primeiro, o papel de fomentar os financiamentos

básicos e de melhoria das áreas colonizáveis e dos lotes, por quem quer que promova esta colonização.

No momento atual realizam programas de colonização no Polígono das Secas o Governo Federal (INIC, Serviço Agro-industrial dos D.N.O.C.S., e C.V.S.F.), alguns Governos estaduais e também entidades particulares.

O INIC possui 10 núcleos coloniais na região e dois projetados. Alguns desses núcleos, com boas possibilidades de expansão e outros, inadequadamente fundados, sujeitos, portanto, a malogro certo. Dos 10 núcleos, 7 estão situados na Bahia que, como o Maranhão, parte do Piauí e outros Estados da região, dispõe de excelentes terras para a execução de um plano arrojado de desenvolvimento econômico pela colonização em escala ampla.

As experiências de colonização de alguns Estados parecem ainda mais limitadas em suas perspectivas, por motivos vários.

O trabalho de entidades privadas como o da Diocese de Petrolina em entendimentos com a C.V.S.F. e a unidade de colonização de Pindorama, ainda em desenvolvimento, para 400 famílias de colonos, nos municípios alagoanos de Penedo e Cururipe, pela Companhia Progresso Rural, apresentam um ângulo novo e de imprevisíveis consequências na expansão colonizadora das terras aproveitáveis de todo o Nordeste pela iniciativa particular.

O que se impõe é que haja um programa econômica, financeira, técnica e socialmente viável e seja executado com espírito alto de servir ao bem comum, livre da descontinuidade administrativa e acima de estreitas pressões de ordem político-partidária.

Conclusão que antecipamos

As Conclusões do Grupo Agricultura-Crédito Rural-Colonização, que, na prática, se desdobrou em três subgrupos, aparecem na íntegra, como as demais Conclusões do Encontro, em documento especial. Antecipamos, no entanto, pela importância que teve na convocação deste Encontro, uma palavra sobre êxodo rural.

A Igreja considerou inadiável lançar-se, no Rio de Janeiro, à campanha de urbanização das 150 favelas da Capital da República, com seus 400 mil favelados. Assim agiu por dois motivos principais: é infra-humana a situação dos favelados que moram em barracos sem água, sem luz, sem esgoto, em situação de miséria tornada mais chocante pela beleza da cidade e por seu progresso material; tornaram-se, por isso mesmo, as favelas cariocas focos de perigosa agitação social, sobretudo devido à exploração comunista.

Não adiantava, porém, urbanizar as atuais favelas sem um esforço simultâneo nas zonas de mais intenso êxodo rural (Minas Gerais, Estados nordestinos, Espírito Santo e Estado do Rio), no sentido de não continuarem proliferando favelas no Distrito Federal. Esse cuidado era urgente, dado o perigo real de a notícia de casas para favelados agravar o problema das favelas ao invés de resolvê-lo, pelo fato de passar a haver um motivo a mais para migrar.

Não estamos esquecidos de quanto foi ponderado sobre a conveniência de passar, em face dos problemas nordestinos, de uma grande atitude defensiva para uma atitude construtiva. E conhecemos as alegações tendentes a considerar as migrações de nordestinos para o Sul menos um mal do que um bem, pelo desafogo para os que ficam e pelo incremento à mecanização do meio rural, dada a necessidade de suprir a falta de braço trabalhador. Conhecemos inclusive o absurdo paralelo entre a migração de brasileiros do Norte para o Sul do país e a que se faz nos Estados Unidos da América do Norte, em sentido inverso, do Sul para o Norte.

Deixamos aqui todo o nosso pensamento a propósito do êxodo de nordestinos para o Sul do país:

- agradecemos ao Exmo. Cardeal D. Jaime Câmara a atuação da Cruzada S. Sebastião, que em tão boa hora tudo vem fazendo para arrancar da miséria material e moral centenas de milhares de brasileiros, entre os quais numerosos nordestinos;
- denunciemos a atual partida de nordestinos (a quem reconhecemos, é evidente, o direito natural de migrar), menos como autêntica migração, do que como movimento de retirantes, pois se vão, explorados por intermediários, quase sempre com um

mínimo de recursos materiais; sem documentos; sem preparo especializado; sem equipamento; sem destino; sem assistência de espécie alguma, para terminar senão como favelados no Rio de Janeiro, ao menos como sub-proletários no Sul do país;

- repugna-nos, assim, admitir que o possível desafio dos que ficam e o problemático progresso mecânico decorrente da partida dos retirantes tenham preço tão caro em desgaste humano;
- por tudo quanto dissemos a propósito de Planejamento e Investimentos é evidente que desejamos ver o êxodo de nordestinos resolvido um dia em profundidade pelas medidas gerais de desenvolvimento econômico regional: os que ficarem terão vida humana e cristã, os que partirem serão migrantes normais, como os sul-riograndenses que sobem para o Paraná e Santa Catarina;
- enquanto não se atinge o desejado nível de desenvolvimento econômico é indispensável que na experiência-piloto de entrosamento de Órgãos públicos que atuam na região, experiência a iniciar-se ainda no corrente ano, haja preocupação dominante com a fixação dos nordestinos.

Não é possível, igualmente, que, vivendo em contato com as populações rurais do Nordeste, possamos esquecer uma palavra a respeito do grave problema que representa, em nossa região, a má distribuição da propriedade da terra e conseqüentemente o seu uso, ainda não em condições de satisfazer aos interesses da coletividade. Já iniciou o Governo Federal a adoção de medidas que dizer respeito à reforma agrária, e os estudos da Comissão Nacional de Política Agrária apresentam uma linha e uma diretriz que, em princípio, merecem nosso acatamento.

Urge sejam encaminhados ao Congresso Nacional os anteprojetos da lei que tratam do acesso à exploração agrária, da locação rural e da desapropriação das áreas das terras aproveitáveis dos açudes públicos, construídos ou a construir, todos eles inserindo medidas do mais alto alcance em benefício das populações rurais do Nordeste. Confiamos em que se torne possível, em breve espaço de tempo, o início de uma nova política de utilização da terra, com a preocupação elevada de tornar-se

a propriedade um instrumento em favor do bem-estar, não de poucos, mas de um grupo bem maior.

Por reforma agrária compreendemos não apenas a distribuição pura e simples da terra – a ser feita com o critério que a matéria tão delicada exige e salvaguardadas a justiça e a equidade – mas também a simultânea e constante assistência técnica, financeira, educativa, social e religiosa aos agricultores e suas famílias em favor de quem ela deverá ser promovida.

Não há, pois, na reforma agrária preconizada um problema exclusivamente econômico: reveste-se, antes de tudo, de significação eminentemente social, por isso que, tornando possível a um número maior de trabalhadores a propriedade das terras que eles trabalham, por vezes através de gerações, se terá um instrumento adequado para conseguir-se um ambiente de estabilidade social, de fixação do homem e, sobretudo, de resistência a perturbações da paz de que devem desfrutar todos os homens.

IV – Serviços Sociais e Educativos

Princípios a salvaguardar

Foram indicados, com muito bom-senso, os princípios a salvaguardar nos serviços sociais e educativos destinados a atender às necessidades básicas da população nos setores da

- ativa participação das populações beneficiadas;
- iniciativa e esforço próprio dos grupos locais;
- aproveitamento dos recursos existentes na área;
- responsabilidade dos líderes e membros da comunidade;
- coordenação dos grupos e instituições;
- fortalecimento do governo local.

Está em consonância com esses princípios a definição adotada para “desenvolvimento de comunidade”.

Pode definir-se provisoriamente o desenvolvimento da comunidade como um processo destinado a criar condições de progresso econômico e

social para toda a comunidade, com a participação ativa desta, e a maior confiança possível em sua iniciativa.

Empregada em sentido genérico, a expressão inclui:

- *melhorias materiais* (construções de estradas, habitação, obras de irrigação, prédios para instalação de serviços etc.); introdução de novos métodos de cultivo;
- a organização de serviços (tais como: sanitários, educativos e recreativos, econômicos, etc.);
- a ação comunal (que compreende as discussões em grupo, a análise coletiva das necessidades locais, a criação de comissões, a obtenção de assistência técnica necessária, a seleção e formação técnica de pessoal).”

1. Nordeste, área de prioridade na implantação do serviço social rural

Os técnicos em serviços sociais e educativos detiveram-se em estudar, longamente, a implantação do Serviço Social Rural, recém-criado e ainda por instalar e regulamentar. É mais fácil acertar de começo do que emendar o Serviço que se iniciou.

Foi ponderado que o Serviço Social Rural, na impossibilidade prática de atingir de uma vez todo o país, começasse e começasse bem, em termos de desenvolvimento de comunidade, a agir no Polígono das Secas. “A área do Polígono oferece larga margem para a atuação do S.S.R. sob qualquer dos ângulos pelos quais, seja o mesmo considerado:

- ação em âmbito regional, favorecendo um grupo de Estados da União, portanto, sem poder ser incriminado de favoritismo;
- região de grandes recursos naturais e humanos, ainda não devidamente aproveitados, portanto, capaz de trazer, em um futuro próximo, considerável aumento na riqueza nacional;
- - região desassistida em sua economia e em sua vida social e cultural, portanto, exigindo, por um imperativo de justiça, a presença atuante dos órgãos oficiais;
- - região afetada por múltiplos problemas, especialmente o do êxodo, cujas consequências já se estão fazendo sentir, também, na vida de outros Estados da Federação;

- - região carente de serviços (educacionais, assistenciais, econômicos etc.) que atendam às necessidades básicas das suas populações e permitam uma melhoria progressiva nos seus níveis de vida.”

2. Duas conclusões que merecem destaque

A íntegra das conclusões relativas ao 3º Grupo de estudos será divulgada, como se sabe, em documento à parte. Desde já destacamos, porém, duas conclusões – a primeira, pela sua relevância para o futuro dos serviços sociais e educativos de nossas Dioceses; a segunda, pela urgência de que se reveste:

- os Arcebispos e Bispos do Nordeste, cômicos da necessidade de imprimir aos serviços sociais e educativos de nossas Dioceses, ao lado do sentido apostólico e da indispensável segurança doutrinária, acentuada organização técnica nas linhas indicadas pela moderna sociologia religiosa, entramos em combinações concretas para a formação de quadros adequados para os Secretariados Diocesanos de Ação Social a se entrosarem com o Secretariado Nacional de Ação Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- na impossibilidade prática do funcionamento imediato do Serviço Social Rural através dos seus órgãos próprios, encarecemos a conveniência de serem aplicado os recursos de que o mesmo dispuser no corrente ano através de convênios com entidades públicas e particulares idôneas que já venham atuando com reconhecida eficiência no meio rural, preferencialmente no Nordeste.

Reconhecendo o valor da iniciativa particular e o trabalho pioneiro de algumas entidades privadas no meio rural, recomendamos, com empenho, sejam incentivadas e melhor assistidas financeira e tecnicamente as experiências de trabalho comunitário de comprovada idoneidade e competência técnica.

V – O Problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da Chesf para sua solução

1. Justificado o interesse pela energia elétrica em geral e por Paulo Afonso em particular

Os técnicos em energia elétrica encarregaram-se de demonstrar à sociedade como foi oportuno, em nosso Programa, abrir espaço para o problema da energia elétrica em geral e para Paulo Afonso em particular. Depois de uma síntese que representa a energia elétrica como fator de civilização, informaram: “Na região do eixo Rio-São Paulo, a mais adiantada do Brasil, onze por cento da população brasileira dispõe de mais da metade de toda a energia elétrica produzida no país. Mas, enquanto a produção anual de energia elétrica nessa região é da ordem 900 kWh por habitante, o que a torna nesse particular, comparável à França e a aproxima dos países de mais elevada produção *per capita*, vemos que a média nacional brasileira não atinge aos 20 kWh por habitante e por ano.”

Em nova síntese, foi-nos lembrado o que representava para o nordeste a carência de energia elétrica. Nada mais natural do que registarmos indicações sobre a Companhia Hidro-Elétrica de S. Francisco (CHESF), de cuja atuação – em colaboração com outros Órgãos da região, particularmente a Comissão do Vale do S. Francisco – tanto espera o Nordeste.

Autorizada em 1945 a organização da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), foi-lhe outorgada concessão por 50 anos para o aproveitamento do rio entre Juazeiro e Piranhas, para fornecer energia elétrica num raio de 450 km com centro em Paulo Afonso, quer a concessionários de serviços públicos, quer diretamente a particulares, respeitados os direitos de terceiros. A área de concessão abrange 517 mil quilômetros quadrados, ou seja pouco menos do que as áreas combinadas de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina (544 mil quilômetros quadrados). A título de comparação adicional, lembramos ainda que o Polígono das Secas abrange 945 mil km², dos quais cerca de 300 mil pertencem à bacia do S. Francisco.

A Usina de Paulo Afonso foi inaugurada em janeiro de 1955, e bem assim as linhas tronco de 220 mil volts, para transmissão de energia a Recife e Salvador. As duas unidades geradoras inauguradas em janeiro veio juntar-se em mais a terceira unidade, também de 60 mil quilowatts de potência, o que perfaz o total de 180.000 kW à disposição do Nordeste, nesta primeira etapa do aproveitamento.

2. Características da utilização inicial de Paulo Afonso

Para conduzir-nos ao âmago do problema da mensagem social, ainda não revelada, de Paulo Afonso, acrescentaram-nos os técnicos:

Começou em 1955 a operação comercial do Sistema de Paulo Afonso, tendo sido fornecido o total de 202,6 milhões de quilowattoras ao Nordeste, dos quais 124,5 milhões entregues ao Recife, 60,8 milhões a Salvador e 10,9 milhões de kWh a Aracaju. Os fornecimentos a Garanhuns e Caruaru foram muito baixos “porque essas subestações só entraram em operação no último mês do ano, quando ficaram prontas partes das remodelações das redes de distribuição dessas cidades, a cargo das entidades distribuidoras”.

A potência utilizada foi da ordem de 65.000 kW, isto é, cerca de um terço do total disponível.

Vemos que praticamente todo o fornecimento de 1955 encaminhou-se para o litoral, área mais desenvolvida e portanto mais capaz de consumir quantidades apreciáveis de energia nesta fase inicial de funcionamento de Paulo Afonso.

3. O aproveitamento do S. Francisco: etapas subsequentes

a) Plano de obras para 1956

O plano de obras de CHESF para 1956 já prevê o início dos trabalhos de escavações subterrâneas para a Segunda Casa de Máquinas em Paulo Afonso, e bem assim o início da construção da linha-tronco de transmissão do Sistema do Cariri. Estão também programados

estudos para a eletrificação do Rio Grande do Norte e da região Bonfim-Juazeiro da Bahia.

b) Itaparica-Três Marias

A prazo mais longo, existem os planos de ampliação do aproveitamento de Paulo Afonso, que se entrosam com os de instalação de uma usina geradora na Cachoeira de Itaparica. A execução desses planos permitirá captar 900 mil quilowatts a fio d'água, mesmo nas épocas de estiagem.

Uma vez regularizada a descarga do São Francisco, através da construção do reservatório de Três Marias, a montante da Pirapora, em Minas Gerais, será possível à CHESF arrancar do S. Francisco, em caráter permanente, a potência de um milhão e quinhentos mil quilowatts, isto é, mais de oito vezes a potência atualmente aproveitada. Será o maior aproveitamento hidro-elétrico da América Latina e um dos maiores do mundo.

Lembremos que a barragem de Três Marias já está projetada e orçada pela Comissão do Vale do S. Francisco (CHESF).

“Pela sua extraordinária capacidade de armazenamento de água, que os estudos realizados mostram ser superior a dezoito bilhões de metros cúbicos, só ela será capaz de dar ao S. Francisco um alto grau de regularização, que facilitará bastante a navegação em longo trecho, inclusive do Baixo S. Francisco, de Piranhas à Foz do rio. Essa barragem interessa, pois, profundamente aos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, embora a energia elétrica que ali poderá ser gerada (600 mil kW) interesse apenas a Minas Gerais.

Note-se que esses 600mil kW de Pirapora irão somar-se aos 1.500.000 do conjunto Itaparica-Paulo Afonso, ultrapassando assim a 2 milhões de kW a potência a ser fornecida pelo S. Francisco.

c) Melhoria da Barra do S. Francisco

A par das possibilidades de energia elétrica, a regularização do rio virá torná-lo navegável também para o transporte oceânico, de

cabotagem ou transatlântico, desde que empreendidas as obras de melhoramento da barra de S. Francisco, compreendendo o franqueamento da barra e canal navegável até Piaçabuçu.

De fato, a realização do programa da CHESF adiantou-se às obras projetadas pela CVSF para o Alto e Médio S. Francisco.

Diante do fato, seria o caso de ser revisto o critério de preferência no sentido do imediato aproveitamento do Baixo S. Francisco. Desde Piranhas até a foz, a quase 300 km, poderia o S. Francisco transformar-se num braço reentrante do oceano, desde que se realizassem as obras indicadas. O grande problema do Baixo S. Francisco e a praticabilidade de sua barragem empreendimento dispendiosíssimo, cuja execução está também ligada ao escoamento de matérias-primas ou manufaturadas que a energia de Paulo Afonso criar e forçar a sair pelo mar. Duas cidades, a menos de 100 km da embocadura, poderiam ser aproveitadas desde o início para pontos de acesso à navegação de alto mar: uma em Alagoas-Penedo, outra em Sergipe-Propriá, já ligada a Aracaju pela linha-tronco do sistema ferroviário nacional.

Feitas as obras constantes do plano, poderíamos breve celebrar uma transformação geográfica que corresponderia para o Nordeste aquela abertura de portos ao comércio marítimo que modificou a fisionomia política e econômica do Brasil em 1808”.

Com estas palavras, termina o capítulo “A energia elétrica produzida pela Usina de Paulo Afonso e a industrialização da região do Baixo S. Francisco”, de recente parecer elaborado pelo Conselho Nacional de Economia (C.N.E.), a pedido da Presidência da República. Trata-se de empreendimento de grande vulto, cuja execução consumirá sem dúvida muito tempo e exigirá enormes inversões de capital, conforme acentua o C.N.E., mas que, uma vez concluído, terá incalculável repercussão sobre a vida de toda aquela extensa região.

d) Desenvolvimento do Médio e do Baixo S. Francisco

O complemento natural de tais medidas seria o desenvolvimento agropecuário e industrial de parte do Médio São Francisco, além do Baixo S. Francisco, através de sistemas de irrigação e colonização

adequados e inteligentemente construídos e operados, tudo dentro de um plano bem concebido, a começar pelas áreas mais próximas dos sistemas de transportes existentes ou em construção, de modo a ficar assegurado o escoamento da produção.

4. Fonte de Lições, O São Francisco

Sem prejuízo das conclusões a que chegou o 4º Grupo de Estudos – constantes todas do documento de Conclusões Gerais, seja-nos lícito comentar como a Hidro-Elétrica de Paulo Afonso é fonte de lições para o Governo e para particulares, para os líderes e para o povo.

A Hidro-Elétrica de Paulo Afonso é, sem dúvida, exemplo de investimento, cujos efeitos benéficos avultarão sempre mais nos anos próximos. Não há exagero em afirmar que se trata de nova era para os nordestinos.

Para todos nós que somos cúmplices mais ou menos responsáveis na multiplicidade de projetos e conseqüente pulverização de verbas, a Hidro-Elétrica é aviso mais eloquente do que uma série de conferências ou até um curso: aviso do que importa, para a elevação do nível econômico e social de uma região, uma obra de vulto com as características de Paulo Afonso.

VI – Programa de execução imediata

1. O Governo Federal e o Encontro dos Bispos do Nordeste

a) Importância atribuída ao Encontro de Campina Grande

O Governo Federal, apreendendo a importância excepcional de nosso Encontro, promoveu reuniões preparatórias dos Órgãos Federais que atuam no Nordeste, solicitando um balanço da atuação dos mesmos na região e lançando as bases de uma experiência-piloto de entrosamento dessas forças que até hoje têm atuado de maneira dispersiva.

b) Órgãos que participaram das reuniões preparatórias

- Ministério da Viação e obras Públicas: Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Departamento Nacional de Estradas de Ferro.
- Ministério da Guerra: Zona Militar Norte – 1º Grupamento de Engenharia;
- Ministério da Agricultura: Departamento Nacional de Produção Vegetal, Departamento Nacional de Produção Animal; Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário; Comissão Nacional de Política Agrária; Serviço de Economia Rural; Serviço de Informação Agrícola; Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Serviço Social Rural;
- Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: Fundação da Casa Popular;
- Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Diretorias de Ensino Comercial, Secundário e Industrial; Instituto Nacional do Livro; Departamento Nacional de Educação; Campanha Nacional de Educação Rural;
- Comissão do Vale do São Francisco; Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco; Instituto Nacional do Sal; Instituto do Açúcar e do Alcool; Banco do Nordeste do Brasil; Banco do Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) Planejamento a longo prazo e plano de execução imediata

O Governo sabe muito bem que evitar ou ao menos atenuar a dispersão de técnicos e verbas de vários Órgãos que atuam no Nordeste é tentativa de superar apenas um dos aspectos – como vimos no capítulo de Planejamento e Investimentos – da prejudicialíssima falta de planejamento global para a região.

Quando quis anunciar em Campina Grande um plano de ação imediata não estava esquecido dos estudos em profundidade confiados a Órgãos técnicos de maior relevância.

d) Diretrizes para a escolha da Experiência-piloto

Vale a pena registrar as Diretrizes distribuídas aos representantes de todos os Órgãos que participaram das reuniões preparatórias do Encontro de Campina Grande:

Para a concretização da Experiência-piloto o primeiro passo – que supõe absoluta boa vontade da parte de todos os Órgãos convocados é indicar por escrito:

- a) Que obras empreende no Nordeste;
- b) Que recursos orçamentários estão empenhados no prosseguimento das mesmas;
- c) De que recursos técnicos e orçamentários poderia dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso.

O problema será descobrir, em cada unidade federada do Nordeste, algum trabalho iniciado ou por iniciar, capaz de preencher as seguintes características:

- a) Prestar-se a atrair e fixar nordestinos tentados a migrar;
- b) Dar margem à colaboração de diversos Órgãos, cada qual dentro de sua esfera específica e de suas possibilidades reais em técnicos e verbas disponíveis.

A preferência deverá recair em trabalhos que:

- a) Possam ter início praticamente imediato;
- b) Importem em realizações que assegurem aproveitamento permanente de migrantes;
- c) Contribuam, a um tempo, para a elevação do nível econômico e social dos trabalhadores e respectivas famílias.

e) Resultados práticos das Reuniões Preparatórias

A Presidência da República obteve de todos os Órgãos Federais que atuam no Nordeste relatórios com resposta ampla a 3 perguntas formuladas:

- que obras empreende no Nordeste;

- que recursos orçamentários estão empenhados no prosseguimento das mesmas;
- de que recursos técnicos e orçamentários poderia dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso.

Os Bispos e Técnicos presentes em Campina Grande tivemos em mãos um resumo de todos esses balanços, ponto objetivo de partida para indicações concretas quanto à Esperiência-piloto.

No mesmo documento, havia 5 sugestões, partidas de Órgãos federais com ação no Nordeste, sendo que, ao divulgá-las, frisou a Presidência da República:

“A seguir vem destacadas algumas sugestões de “Experiência-piloto” de entrosamento, ainda este ano, dos vários Órgãos que atuam no Nordeste”. Foram apresentadas por estes próprios Órgãos. Possivelmente e até provavelmente nem sempre serão as melhores e as mais indicadas. No Encontro de Campina Grande outras sugestões mais felizes talvez venham a surgir.

A razão única da apresentação pormenorizada de algumas propostas de entrosamento de forças em torno de projetos vitais para diversas unidades federadas do Nordeste é provar a viabilidade plena de planos de conjunto que, econômica e socialmente viáveis, salvaguardem as verbas nordestinas da dispersão e do fracionamento que lhes vem sendo fatal.

A Presidência da República se aguarda para dar a palavra final sobre a Experiência-piloto, a iniciar ainda em 1956, na sessão de encerramento do Encontro dos Bispos, depois que o assunto tiver sido convenientemente aprofundado nos vários Grupos de Estudos que funcionarão em Campina Grande.

f) O trabalho do 5º Grupo de Estudos em Campina Grande

Nas Conclusões Gerais figura o resultado do trabalho do 5º Grupo de Estudos. É de esperar que o Exmo. Presidente da República se apoie nas Conclusões do Grupo para a adoção da experiência-piloto que Sua Excelência desejou anunciar pessoalmente nesta cidade.

A Igreja e a experiência-piloto

a) Somos gratos ao interesse do Governo

O simples relato das providências oficiais com vistas ao Encontro de Bispos torna fácil entender que sejamos gratos ao Governo da República pelo interesse que tomou por nossos trabalhos.

Este é o momento adequado para agradecer ao Exmo. Presidente da República o trabalho pessoal que teve nos preparativos da Experiência-piloto, pedindo vênias a Sua Excelência para estender nosso agradecimento aos técnicos oficiais – federais, estaduais e municipais – e particulares que tanto contribuíram para a eficiência do nosso Encontro.

b) Não somos fiadores da experiência anunciada

Alegra-nos que nosso Encontro tenha propiciado ocasião oportuna para a aproximação de Órgãos que não têm direito de se desconhecerem e ainda menos de se hostilizarem.

Alegra-nos mais ainda que nossa Reunião tenha dado margem a uma experiência de entrosamento de órgãos públicos, entrosamento que, se não é o planejamento global de que o Nordeste precisa é, sem dúvida, passo importante para o planejamento que há de vir.

Nosso papel foi de estimuladores do bem comum, incentivadores da paz social. Mas é fundamental para nós deixar absolutamente claro que não podemos responder pela concretização do plano de ação aqui anunciado. Sem dúvida, na medida de nosso alcance, velaremos para que a experiência se inicie, prossiga e chegue a bom termo, pois vemos, sabemos, sentimos que o povo já não suporta ilusões. Com a devida vênias dissemos isso pessoalmente ao Exmo. Presidente da República e acreditamos que, se apesar do aviso, Sua Excia. anuncia a experiência é por estar no firme propósito de, a qualquer preço, exigir que cada Órgão cumpra a parte de compromisso que assumiu.

c) *A experiência-piloto não deverá importar na paralização das demais obras*

A experiência é de entrosamento, de técnicos e verbas, em torno de problemas vitais para cada Estado do Nordeste. De modo algum deve significar abandono das demais obras em curso nas várias unidades nordestinas. Muito ao contrário: a confiança do Nordeste – não só para a Experiência-piloto mas para toda a ação do Governo – seria conquistada de vez se, apesar da hora difícilíssima vivida por nossas finanças, levando em conta a situação especial do Nordeste, o Presidente da República aproveitasse sua presença em Campina Grande para liberar, sem corte ou redução, todas as verbas orçamentárias do Nordeste.

Na medida em que este ou outros apelos dependerem de leis, estamos convictos de que o Congresso Nacional – particularmente dada a dedicação proverbial dos deputados e senadores nordestinos – facilitará ao Executivo a concretização de providências vitais para a nossa região.

VII – A Igreja em face dos problemas do Nordeste

1. Justificativa de uma intervenção

O objetivo fundamental da Igreja é o Reino de Deus. Mas o Reino de Deus começa transitoriamente no tempo, para chegar, definitivamente, na Eternidade.

E neste itinerário dos homens pelos caminhos da terra, interferem as condições temporais. A virtude tem, aí, também sua batalha: a batalha das condições, das necessidades materiais, interferindo no espiritual. Um lema que poderíamos pôr à face de um debate sobre os nossos *problemas sociais* seria aquele de Santo Tomaz de Aquino, para quem um mínimo de bem-estar material se exige para a prática das virtudes morais.

Poderíamos dizer, mesmo, para melhor situar a questão, que o *exatamente necessário*, no domínio do bem estar social, se torna uma exigência cristã para salvaguardar a dignidade da pessoa humana, na

sua tarefa de viver. No estudo da História Social da Igreja se descobre que, seguramente há um século, os Sumos Pontífices e grandes figuras de Bispos católicos têm consagrado documentos importantes ao exame dos problemas sociais e, sob o Pontificado de Pio XII, estes documentos foram de uma sucessão impressionante.

Em todos os documentos que o Papa Pio XII vem endereçando ao mundo, se pode encontrar uma alusão direta ou indireta aos problemas sociais dos nossos tempos. Outra nota muito a propósito é a que o padre Angelus Andrew frisava aos universitários de Birmingham “sobre as duzentas e cinquenta encíclicas dos últimos Papas, publicadas de cinquenta anos até hoje, menos de trinta tratam de assuntos doutrinários ou de piedade. Todos os outros documentos tratam de questões que visam ao cristianismo em suas relações com os problemas ligados ao temporal nas suas manifestações públicas”.

Deve-se frisar, ainda, que os documentos pontifícios não se referem a uma doutrina desencarnada, mas, ao contrário, há, nos debates dos candentes problemas sociais, por parte dos Sumos Pontífices, um apelo à ação direta e imediata.

Assim Pio XI, na *Divini Redemptoris*, traçando normas concretas de formação para os militantes católicos, se referia a “toda sorte de iniciativas aptas a fazer conhecer a solução cristã dos problemas sociais”. Era, ainda, Pio XI que, na *Quadragesimo Anno*, fazia os mais vivos elogios a todos os militantes católicos – clérigos ou leigos – que se dedicavam “à nobre missão... de trabalhar, visando à solução dos problemas sociais, na medida em que a Igreja, por sua instituição divina, tem o direito de se ocupar deles”. E o Santo Padre Pio XI, para não deixar nenhuma dúvida aos dúbios, neste terreno, lançou esta diretriz vigorosa a um mundo agoniado, dentro do qual vivemos: “passou o tempo das reflexões e dos projetos: é a hora da ação”. (*Aos homens da Ação Católica*, 7-9-47).

Ninguém poderá dizer, diante do exposto, que seja estranha a uma reunião de Bispos o debate dos problemas sociais, não só na sua equação doutrinária, mas, ainda, nas decisões para uma ação direta e imediata.

2. Posição Exata

A Igreja não tem propriamente soluções técnicas e temporais a apresentar, como especificamente as suas, aos problemas de ordem econômica e social. Em face dessas questões, Ela examina os dados concretos e procura encontrar aí as equações de ordem moral. Exatamente no terreno religioso e moral e, até mesmo, nas repercussões diretas ou indiretas que os problemas econômicos ou sociais provocam, é que está a linha de ação própria da Igreja. Ela não quer interferir no campo de ninguém. Sociedade perfeita (de ordem sobrenatural) ela tem, no mundo, seus limites e reconhece as fronteiras de outras sociedades, especialmente o Estado, com seus direitos, deveres e sua missão.

Mas não nega sua colaboração às instituições de caráter temporal. De modo especial, Ela, por sua doutrina, ensina aos cristãos que, mesmo num mundo que perdeu sua unidade espiritual, se faz necessária a cooperação dos Poderes Temporais e Espirituais, tendo em vista o bem-comum, o bem-estar do povo que constitui a grande família dos filhos de Deus.

Com efeito, se de um lado a Igreja não se julga uma competência no campo da técnica, de outro, ela se afirma possuidora de uma doutrina econômico-social que se encontra nas encíclicas e outros documentos da responsabilidade dos Papas. Esta doutrina se veio afirmando pela defesa da pessoa humana, até chegar aos nossos tempos, com Leão XIII, Pio XI e Pio XII, através de suas vigorosas intervenções, em favor de uma reforma social apta a estabelecer, no mundo, um clima de Justiça e Fraternidade e uma equitativa redistribuição dos bens materiais, existentes nas comunidades humanas.

E isto se explica pelo fato de a Igreja viver inserida no plano temporal que Ela deseja sacralizar, sem esquecer, jamais, as exigências de uma autêntica condição humana equilibrada.

Satisfazer as necessidades do homem, tal é o fim de toda a Economia. Nós nos apegamos a isto. E por esta razão só admitimos o valor da técnica no campo econômico quando ela vem atender ao homem, nas suas exigências vitais, e quando o homem não seja considerado como um número, apenas, um dado dentro de um planejamento, uma expressão

de pesquisa que possa ser posta de lado, quando haja um óbice imediato às exigências de uma teoria ou de sistema econômico.

Parece-nos necessário, ao comparecermos a uma reunião para tratamento de problemas temporais – muitos deles de caráter econômico e empresa governamental – afirmar alguns postulados fundamentais:

1. damos à técnica o seu valor de instrumento da maior importância, na pesquisa, no planejamento e na execução de planos. Mas lhe negamos caráter absoluto e a colocamos dentro das exigências naturais de um humanismo cristão, mediante o qual se reconheça o homem como centro de todas as suas preocupações, tanto nos seus problemas a serem resolvidos a curto prazo, se as condições o exigirem, como nas questões que comportem equações mais demoradas;
2. nas atuais estruturas econômico-sociais que constituem a nossa organização política e o sistema de nossa economia privada, há tremendas injustiças que levam a Igreja a uma necessidade de declarar sua inteira independência e sua nenhuma responsabilidade em face de tudo isso. E, ainda mais – por força de sua própria missão evangélica – a Igreja se proclama sem nenhuma vinculação com as situações injustas e se coloca ao lado dos injustiçados, para cooperar com eles numa tarefa de recuperação e redenção.

Todas as aparências em contrário correm por conta dos indivíduos e dos grupos de indivíduos que, com a responsabilidade de suas posições, dentro do mundo cristão, não se realizaram, segundo o pensamento muito claro e muito explícito da doutrina social católica.

3. Nossa tendência é pela Reforma Social, em prazo mais ou menos amplo, exigido pela sabedoria dos homens que tem a missão de influir no curso dos acontecimentos, sem provocar desequilíbrios e novos desajustamentos.
4. Chegamos à conclusão de que as exigências técnicas e administrativas do Nordeste ultrapassaram os organismos estatais destinados a operar aqui, e a conjuntura humana (homens

sofrendo da seca, do pauperismo, do baixo nível de vida, ao lado de um novo surto de desenvolvimento econômico e industrial da Região) – requer uma imediata revisão do tratamento, até agora dado ao homem (também por parte da Igreja) como preliminar, para uma ação corajosa mais forte, mais profunda, mais ampla, no campo do econômico, do social e do espiritual.

5. À vista de tudo isto, é racional e prudente se concluir pela necessidade de um plano superior em que se dêem as mãos os Poderes Públicos, a iniciativa privada e a Igreja, guardando, em face de cada um, sua liberdade e seus princípios, para atitudes de independência, toda vez que houver o risco de um desvio da nobreza e dos objetivos da ação comum. E estão aí a razão mais forte e a sinceridade desse histórico acontecimento – o Encontro dos Bispos do Nordeste Brasileiro – com representantes de setores públicos e privados da vida nacional.

3. Clero e Ação Católica no Nordeste

Nas Conclusões Gerais do Encontro dos Bispos do Nordeste foram inseridas na íntegra as Conclusões do 6.º Grupo de Estudos, de certo modo o mais importante para nós.

Aqui queremos salientar que, neste Encontro, ao sentirmos, mais vivamente ainda, todo o peso dos problemas da conjuntura econômico-social do Nordeste, nosso pensamento se voltou de modo especial para o nosso Clero e para a nossa Ação Católica. Estas palavras não significam esquecimento das Ordens e Congregações Religiosas, masculinas e femininas, a quem saudamos, reconhecidos, pela grande ajuda que nos prestam: nem esquecimento das beneméritas Associações Religiosas que tanto nos ajudam.

Pensamos no Clero, pois é com os nossos padres, particularmente com os nosso Párocos, que dividimos os cuidados do pastoreio dos rebanhos que nos foram confiados.

Pensamos na Ação Católica, pois conforme o ensinam os documentos pontifícios e o confirma a experiência, precisamos do leigo não só por escassez de clero, mas porque o leigo tem missão própria no campo

do apostolado. Formado por nós, o leigo terá penetração profunda no meio em que Deus o pôs.

A Ação Católica – plano diocesano, regional e paroquial – apostolado oficial dos leigos, será sempre mais objeto de nosso empenho pastoral e nisso pomos uma clara indicação para o nosso Clero.

VIII – Conclusão

Nosso Encontro se deu em pleno mês de Maio. Nas mãos da Santa Mãe de Deus e Mãe dos homens entregamos nossos cuidados e nossas esperanças, nossos anseios e nossas resoluções para que Ela tudo leve ao Senhor.

Campina Grande, 26 de maio de 1956 – Oitava de Pentecostes.

- † ANTONIO, Arcebispo de Fortaleza, rep. D. Expedido Eduardo, auxiliar
- † MOISES, Arcebispo da Paraíba, rep. D. Manoel Pereira, auxiliar
- † RANULFO, Arcebispo de Maceió, rep. D. Adelmo Machado, Arceb. coadj.
- † JOSÉ, Arcebispo de S. Luiz, rep. D. José Távora, aux. Rio de Janeiro
- † ANTONIO, Arcebispo de Olinda e Recife
- † MARCOLINO, Arcebispo de Natal, rep. D. Eugenio Sales, auxiliar
- † AVELAR, Arcebispo de Teresina
- † JOSÉ, Bispo de Sobral, rep. D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza
- † JOÃO, Bispo de Barra
- † FERNANDO, Bispo de Aracajú
- † JOÃO, Bispo de Nazaré
- † FRANCISCO EXPEDITO, Bispo de Garanhuns
- † PAULO, Bispo de Caruarú
- † FELÍCIO, Bispo de Penedo
- † ELISEU, Bispo de Mossoró, por si e por D. Francisco Pires, Bispo de Crato

- † ADELINO, Bispo de Caicó
- † OTÁVIO, Bispo de Campina Grande
- † HELDER, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Secretário Geral da C.N.B.B.
- † AURELIANO, Bispo de Limoeiro, rep. Por D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza
- † Mons. SAMPAIO, Vigário Capitular de Pesqueira.